

A relação entre Cultura, Memória Coletiva e Património em Trás-os-Montes. Análise das políticas públicas para a cultura de dois concelhos transmontanos (2005-2011)

Jenny Campos

RESUMO: Trás-os-Montes é uma região do interior profundo de Portugal que luta há anos para combater o êxodo rural e o esquecimento de que tem vindo a ser alvo. Com uma riquíssima herança cultural, Trás-os-Montes busca preservar a memória de factos, personagens ou manifestações que representam o seu território e as suas comunidades agora bastante empobrecidas.

Emergem medidas que visam conservar, preservar e valorizar o património e a cultura local. Todavia, é necessário averiguar quais as medidas implementadas pelas autarquias e aferir qual a visão estratégica que tem vindo a ser promovida pelos municípios da região.

Nesta comunicação propomo-nos identificar e caracterizar as políticas públicas para a cultura implementadas por dois concelhos transmontanos (Chaves e Bragança), no período entre 2005 e 2011, a fim de conhecermos qual o papel que a memória coletiva, as identidades locais e o património desempenharam nestes últimos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Trás-os-Montes; Património; Memória Coletiva; Políticas Públicas da Cultura.

ABSTRACT: Trás-os-Montes is a deep-set region on the interior of Portugal that has been fighting for years to counter the rural flight and neglect it has been subject to. Gifted with a rich cultural heritage, Trás-os-Montes seeks to preserve the memory of facts, characters or manifestations that represent its territory and its currently impoverished communities.

Measures have emerged that aim to conserve, preserve and enhance local heritage and culture. However, it is necessary to ascertain which measures have been implemented by local authorities and assess the strategic vision that has been promoted by the municipalities.

In this presentation we aim to identify and characterize the public cultural policies that have been implemented by two Trás-os-Montes municipalities (Chaves and Bragança) between 2005 and 2011, in order to understand the role played by collective memory, local identities and heritage over these last few years.

KEYWORDS: Trás-os-Montes; Heritage; Collective Memory; Public Cultural Policies

1. Políticas Públicas para a Cultura em Portugal

Larrue (2000) propõe uma definição de políticas públicas em que estas são entendidas como um conjunto de atividades, decisões e medidas tomadas por atores políticos com a finalidade de resolver um problema coletivo. Acreditamos que as políticas públicas são mais do que uma estratégia para resolver os problemas coletivos de que fala Larrue e nesse sentido, pactuamos com Pasquino (2010) quando menciona que as políticas públicas têm origem em muitos outros atores para além dos governamentais, veja-se o exemplo das fundações, associações empresariais, as associações que congregam cidadãos, ainda que muitas vezes de forma assistemática e com capacidade apenas indireta de interferir na tomada de decisão.

No caso das políticas públicas para a cultura em Portugal estas tiveram como momento marcante o nascimento do Ministério da Cultura (MC), que fazia a apologia de que a Cultura ocupava um papel central no desenvolvimento do país e que a política cultural deveria ser levada a cabo numa perspetiva transversal (SANTOS, 1998). Assim sendo, a criação do MC permitiu colocar as políticas culturais num alto nível de discussão e em condições de igualdade perante os outros ministérios criando sinergias entre eles. Contudo, em 2011, com o XIX Governo Constitucional, o MC é extinto e é esse o evento que marca o fim do estudo que aqui iremos apresentar.

Numa perspetiva de política local foi apenas depois do 25 de Abril de 1974 que teve início o processo de descentralização. Contudo e tal como refere Santos (1998) a descentralização pós revolucionária conheceu diversos avanços e recuos, sobretudo se a entendermos como um exercício de real delegação de poderes. A este propósito a Unesco refere que “a cultura está encontrando na cidade, nas políticas locais e regionais, novas estratégias sociais para o fomento da diversidade cultural.” (UNESCO, 2003:90). Para tal, autarquias, delegações regionais e mesmo o poder central terão que trabalhar em conjunto de forma a identificar os diferentes efeitos através dos quais é possível perceber a relevância da cultura, uma vez que é ela que confere aos municípios e localidades as identidades culturais próprias e, por essa razão deve ser

entendida como um fator fulcral para alavancar e sustentar o desenvolvimento económico, social e humano.

Acreditamos que as autarquias têm neste processo um lugar de destaque, uma vez que têm condições para possuir um conhecimento metuculoso da realidade cultural do seu território. Contudo, faltam estudos científicos ou governamentais sobre os investimentos municipais na região de Trás-os-Montes. Os estudos existentes até ao momento tratam a região norte como um todo, urge apurar as disparidades entre os níveis e rubricas de investimento entre os municípios deixando assim de parte a visão generalista que entende o investimento do norte como um todo uno e simétrico.

2. Metodologia:

Ao longo da presente investigação procurou-se perceber de que forma as diretrizes definidas pelos Governos e pela Comunidade Europeia influenciaram as estratégias político-culturais dos municípios em estudo, sendo que posteriormente expomos as principais linhas de influência, bem como, as diretrizes governamentais evitadas por estas autarquias. Para tal começamos por fazer uma exaustiva revisão bibliográfica sobre as políticas culturais europeias, nacionais e locais. Para identificar e caracterizar as políticas públicas para a cultura implementadas nos três níveis em estudo (europeu, nacional e local) analisamos apenas documentos oficiais. Assim, a nível europeu foram analisados os relatórios anuais da Comunidade Europeia e Conselho da Europa (ou estudos encomendados por estas duas entidades), os programas de apoio às artes e cultura, bem como os seus relatórios de forma a melhor percebermos as rubricas e áreas apoiadas. Por fim, confrontamos estas informações com documentos da *European Cultural Foundation*, Unesco e com o livro branco das políticas culturais europeias. Já no que concerne às políticas públicas para a cultura nacionais analisamos os programas e orçamentos dos diferentes governos. Por fim, a nível local o estudo incidiu na análise de 348 atas camarárias, bem como de boletins/agendas culturais. Após a leitura dos documentos foi feita a análise de conteúdos dos dados que se dividiram nos seguintes domínios:

- Património Cultural: inclui ações e projetos de promoção, preservação, restauro e animação do património material e imaterial;
- Infraestruturas: inclui projetos de reabilitação, conservação ou construção de infraestruturas culturais e artísticas;
- Eventos Culturais: inserem-se aqui atividades e eventos como feiras, festivais e festas;
- Livro, leitura e edição: inserem-se aqui as ações de promoção do livro e da leitura, bem como apoio à edição de livros sobre o município ou de autores residentes ou nascidos no concelho;
- Criação artística: inclui ateliers, residências de artistas e exposições;
- Internacionalização: inclui candidaturas e projetos desenvolvidos no/para o estrangeiro;
- Apoios financeiros: inserem-se aqui todo o tipo de apoio financeiro e/ou material a atividades e projetos;
- Protocolos e parcerias: inclui todo o tipo de ação efetuada em conjunto com outras entidades que visem a promoção da cultura e das artes locais;
- Turismo cultural: inserem-se aqui todos os planos, projetos e documentos que visem promover o turismo cultural dos concelhos.

Por fim, a análise destes dados foi cruzada com a análise dos dados europeus e nacionais tendo dado origem aos resultados que discutiremos de seguida.

3. Apresentação e discussão dos resultados

A análise das políticas públicas da Cultura implementadas pelas autarquias em estudo, durante o mandato 2005 a 2009, revela que em ambos os casos a prioridade foi dada ao património cultural. Todavia, enquanto a autarquia A deu destaque ao património imaterial a autarquia B centrou as suas políticas na vertente material do seu património (ações de reabilitação e conservação, encontros para debate de temas relacionados com o património e uma candidatura a património mundial) sem, contudo, descurar a vertente imaterial.

O segundo domínio em destaque na autarquia A foi o turismo cultural e posteriormente a celebração de protocolos. Os investimentos e esforços centrados no domínio do turismo cultural procuraram a promoção do concelho

através da criação de agendas turísticas, rotas, inserção em redes e candidaturas a prémios de excelência turístico-cultural. Já o domínio dos protocolos procurou criar e/ou sedimentar parcerias e redes tanto com entidades locais como ranchos folclóricos e associações culturais, como com entidades nacionais associadas ao património cultural.

Ainda no que concerne ao município A mas já com uma presença menos marcada nas opções políticas surgem as infraestruturas culturais e artísticas e ações/projetos relacionados com as obras e reconversão dos espaços físicos ou com o estudo do espólio. Nesta autarquia ressaltam-se ainda as questões da internacionalização, dando ênfase a parcerias com instituições internacionais que visem a preservação e promoção do património.

Resta ainda referir os vários apoios financeiros atribuídos pela autarquia. Estes apoios financiaram festas, juntas de freguesia, associações culturais, recreativas e artísticas do concelho. Por fim, os domínios dos eventos culturais, criação artística, livros, leitura e edição são os que apresentam menos expressividade nas políticas públicas da cultura na autarquia A.

Quanto às políticas culturais do município B, o segundo domínio a merecer destaque foi o das infraestruturas culturais mas, neste caso, para vários tipos de instituições (museus, bibliotecas, teatros e fundações). Seguiram-se os apoios financeiros para as atividades desenvolvidas pelos ranchos folclóricos, grupos musicais, associações culturais, juntas de freguesia e paróquias.

Ao longo dos 4 anos em análise foram celebrados dois protocolos, um com uma instituição local e outro com uma associação nacional (ambos garantiram a animação cultural e artística do concelho).

Com menor expressão surgem eventos culturais como festivais de teatro, dança e música e eventos gastronómicos (feiras e festivais). A política do livro, leitura e edição, bem como o turismo cultural são pouco trabalhadas. Ressalta-se, contudo, a associação do município a duas redes de promoção turístico cultural.

A nossa investigação revela também que as políticas públicas da cultura implementadas entre 2005 e 2009 pelo XVII Governo Constitucional tinham três finalidades fundamentais:

- tirar o sector cultural da asfixia financeira;

- retomar o impulso para o desenvolvimento do tecido cultural português;
- alcançar o equilíbrio entre a defesa e valorização do património, o apoio à criação artística, a estruturação recintos culturais e de redes, a aposta na educação artística e formação e públicos e a promoção internacional da Cultura portuguesa.

Definiu ainda como objetivo a necessidade de desenvolver programas de cooperação entre o estado e as autarquias, valorizar o investimento cultural (recorrendo para isso ao Quadro de Apoio Comunitário 2007-2013), bem como, rever a lei do mecenato e estabilizar o financiamento plurianual de organismos nacionais de produção artística.

A análise dos documentos revela que o Governo entendeu que a cultura era um dos principais vetores de afirmação de Portugal no mundo e daí que tenham procurado apostar em vínculos com instituições do mundo lusófono e europeu. Para tal, referem a importância da presença de artistas e escritores portugueses no estrangeiro, mostras de arquitetura, coproduções de cinema e audiovisual, entre outras. Terminam referindo que também era fundamental que Portugal desempenhasse um papel ativo na organização das atividades culturais internacionais.

A nível europeu e terminado o programa Cultura 2000 surge o programa Cultura (2006-2013), o primeiro a contar com a colaboração de todos os Estados-Membros. Este programa permitia que várias organizações culturais executassem projetos culturais e artísticos, com vista a melhorar o conhecimento e a difusão do património cultural europeu, promover intercâmbios culturais, a criação artística e literária e a tradução literária. Tinha como objetivos promover a diversidade e o diálogo intercultural, promover a cultura enquanto catalisadora da criatividade e por fim promover a cultura enquanto elemento vital das relações internacionais da União Europeia. Por essa razão, deu destaque à profissionalização de artistas, bem como à sua circulação, à promoção do acesso à cultura através do património, novas tecnologias, turismo e itinerância de coleções, desenvolvimento de estatísticas e à promoção das indústrias culturais e criativas.

A comparação entre as políticas públicas para a cultura nacionais e as da comunidade europeia permite perceber que durante os anos 2005 e 2009 houve alguma harmonia nas opções tomadas. Note-se, por exemplo que enquanto o XVII Governo Constitucional definia como prioridades a criação de redes com instituições internacionais (do mundo lusófono e europeu), bem como a parceria na organização de eventos internacionais, a União Europeia, através do Programa Cultura, financiava projetos onde a cultura revelava ser vital para as relações internacionais e, em simultâneo, apoiava a itinerância e circulação de artistas, escritores e obras em todos o espaço comunitário. Também durante este período houve, de ambas as partes, o cuidado de apoiar, financiar e incentivar a equidade entre as diferentes áreas artísticas e culturais. Neste seguimento o património acaba por ser colocado ao mesmo nível que o turismo cultural, a criação artística, a construção e recintos culturais ou mesmo a formação de públicos. Contudo, quando comparamos as políticas das autarquias com as políticas nacionais ou mesmo europeias verificamos uma desarmonia quase constante. Assim, enquanto a nível nacional e europeu se procurava promover a equidade entre o património, as artes, o turismo cultural e a formação de públicos, as duas autarquias estudadas revelam outro tipo de preocupações, centrando-se essencialmente no património cultural, na construção ou adaptação de infraestruturas para recintos culturais, nos apoios financeiros, nos protocolos e apenas uma autarquia mostra já a preocupação em trabalhar as questões do turismo cultural (ainda que numa abordagem tímida de projeção no estrangeiro). A criação artística e formação de públicos são questões que se remetem para segundo plano (no panorama local) juntamente com as questões do livro, leitura e eventos culturais (que quando acontecem se centram em festivais gastronómicos, artesanais ou de música tradicional pois acreditamos que esta seja a forma encontrada pelas autarquias para preservar e dinamizar as suas identidades e mesmo memórias coletivas).

A questão da internacionalização da cultura e das tradições locais é um aspeto muito pouco abordado, o que nos revela uma opção política que vai na direção oposta às preocupações no governo e mesmo da Europa que entendiam a cultura e as artes como elemento vital das relações internacionais. Assim, se por um lado o XVII Governo Constitucional procurava vincular a cultura nacional no mundo lusófono promovendo a criação de redes, parcerias e mesmo

circulação de artistas e obras, já a nível local a internacionalização é sempre entendida numa perspetiva de promover o património físico ou os ranchos folclóricos locais.

Acreditamos portanto que, ao nível local, as políticas públicas da cultura seguem opções tradicionais ainda bastante focadas na reabilitação e promoção do património e na criação de apoios financeiros ou na criação de protocolos com instituições que procurem, uma vez mais, preservar e dinamizar o património local. Para além do exposto, a promoção do património cultural comum parece estar na base das opções políticas locais, o que leva a acreditar que a conservação do património seja pelos municípios entendida como uma prática/ação que deve integrar as práticas de desenvolvimento sustentável. Ainda sobre o património parece ser uma preocupação central o evitar a destruição de monumentos, objetos e lugares de memória, o que revela uma tentativa de preservar as suas heranças simbólicas. Lamentamos o facto destas opções apenas serem perceptíveis em apoios e ações orientadas para o património físico, ranchos folclóricos, artesanato e uma ou outra tradição. Todavia, tornou-se claro para nós que o património tangível e intangível é o espólio do conhecimento onde, para os responsáveis locais, se plasmam a história, o quotidiano e a vida das populações.

Centrando agora a atenção na análise das políticas públicas da cultura emanadas pelas duas autarquias em estudo durante o período de 2009 a 2011 (o mandato continuaria até 2013 mas o nosso estudo termina em 2011 ano em que se extinguiu o Ministério da Cultura) constatamos que as opções políticas são bastante distintas. Assim sendo, as opções políticas da autarquia A tiveram como áreas fundamentais o património, os protocolos e os apoios financeiros (a eventos gastronómicos e a juntas de freguesia). Já no que concerne ao turismo cultural foram criadas agendas, eventos, cartões e rotas para dar a conhecer o que o município teria para oferecer em termos patrimoniais, artísticos, naturais e etnográficos. Ainda no concelho A mas, agora com uma expressão já mais reduzida surgem os museus, os eventos culturais, a criação artística, os livros e a internacionalização.

Por seu turno, o município B centrou as suas opções políticas para a cultura na organização de eventos culturais (festas populares, feiras

gastronómicas e festivais de música), património, infraestruturas, turismo cultural e apoios financeiros (os mais comuns são os ranchos folclóricos, grupos musicais e associações recreativas e culturais). Com expressão praticamente inexistente surge a criação artística, a internacionalização e os protocolos.

Pelo exposto, acreditamos que os municípios têm como mais-valia um conhecimento específico do seu território, população, história e tradições, para além de uma relação de maior proximidade não só com as instituições culturais locais, mas também com os criadores e potenciais financiadores. Todavia, esse entendimento tem-se vindo a plasmar em opções políticas que dão destaque a projetos que visavam a valorização da cultura, tradições e identidades locais mas num entendimento muito redutor daquelas que são as suas variadíssimas tradições e memórias e numa perspetiva ainda mais preocupante demitindo-se, várias vezes, do seu papel de promotor cultural passando agora a preferir inserir-se numa posição de financiador cultural que muito poucas vezes avalia e controla o que de facto foi financiado/apoiado.

Já no que diz respeito às políticas públicas da cultura do XVIII Governo Constitucional estas focaram-se em três diretrizes:

- reforçar o orçamento da cultura;
- assegurar a transversalidade das políticas culturais;
- valorizar o contributo da criação contemporânea (apoiando a criação de redes, os criadores e a formação de públicos).

No que concerne às áreas através das quais estas políticas viriam ser implementadas, as que mereceram destaque foram: a língua, o património, as artes e as indústrias criativas. E tal facto, pode ser verificável através, por exemplo, da análise do orçamento do Ministério da Cultura (2011) onde constatamos que o domínio onde o investimento foi maior é o do património, logo seguido pelo apoio às artes. Todavia, os domínios do património e apoio às artes sofreram uma redução do seu peso no orçamento relativamente ao ano anterior. Em 2011 registou-se também um maior investimento em cinema e audiovisual, atividades socioculturais e arquivos e bibliotecas.

Relativamente às políticas públicas da cultura europeias verifica-se a continuação do Programa Cultura sendo as áreas às quais o programa deu destaque o melhoramento das condições de circulação de artistas e profissionais

culturais; a promoção do acesso à cultura através do património, turismo cultural, novas tecnologias, itinerância de coleções e sinergias com a educação; o desenvolvimento de metodologias, estatísticas e dados; o potenciar as indústrias culturais e criativas; e a promoção e implementação da diversidade e das expressões culturais.

De acordo com a *European Commission* (2010) este programa desempenhou um papel único relativamente à cooperação transfronteiriça e à profissionalização do setor, contribuindo concomitantemente para a geração de postos de trabalho, a geração de conteúdos e o desenvolvimento criativo e inovador. Para além do Programa Cultura, a Comunidade Europeia tinha ainda em funcionamento o Programa *Euromed Heritage* (que só terminaria em 2012).

Acresce ainda o fato da Comunidade Europeia ter incentivado as comemorações de várias efemérides, entre elas, o dia internacional dos monumentos e sítios e o dia internacional do património mundial.

Ao compararmos os três níveis de políticas públicas para a cultura verificamos que há maior coerência e interligação entre as políticas nacionais e europeias do que com as municipais. Assim, enquanto a Comissão Europeia e o Estado português buscaram promover a criação de redes, parcerias e projetos de cooperação transfronteiriça apenas uma das autarquias em estudo criou parcerias com entidades estrangeiras (com Espanha e apenas relacionadas com os caminhos de Santiago), as restantes redes, parcerias ou protocolos estabelecidos foram com instituições locais. A segunda opção comum ao Governo Português e à Comunidade Europeia passou pelo apoio às artes, aos criadores e itinerância tanto de artistas como de obras. Este aspeto foi muito pouco trabalhado pelas autarquias. Também as indústrias criativas ficam esquecidas no plano concelhio mesmo quando referidas como fundamentais pelo Programa Cultura e pelo XVIII Governo Constitucional.

O único momento em que Municípios, Estado e Comunidade Europeia estão de acordo refere-se às políticas de apoio à preservação, conservação e divulgação do património cultural. Todavia, a nível municipal é ainda muito entendido numa perspetiva de restauro de imóveis, de projetos relacionados com tradições e agora muito timidamente num entendimento do seu valor para o Turismo Cultural ao passo que a nível nacional este entendimento está já relacionado com a necessidade de colocar o património no mesmo patamar de

apoios que as artes, internacionalização e de formação de públicos, e a nível europeu numa perspetiva de internacionalização, apoio e colaboração transfronteiriça, acesso à cultura e ao desenvolvimento cultural e criativo.

Em suma, a nível local há inicialmente a clara noção que as iniciativas/opções políticas deveriam estar orientadas para o património e para a construção de equipamentos culturais sendo que só posteriormente se pensaram os serviços básicos para que estas estruturas funcionassem, o que resultou numa programação muitas vezes intermitente e pouco variada. Acreditamos contudo, que aos poucos os agentes culturais e os profissionais da área vão começando a exigir e a criar propostas mais rigorosas e com maior qualidade, lentamente obrigarão os concelhos a alterar não só a sua forma de pensar mas também de agir culturalmente (ao nível político, da gestão e programação cultural).

Por outro lado, verifica-se que as opções político culturais da União Europeia podem ser também entendidas como uma política cultural intermitente, dito de outra forma, como um fenómeno volátil, com origem num labirinto de interesses, conflitos e interpretações acerca do papel da cultura na União Europeia que muitas vezes serve os interesses dos países economicamente mais favorecidos ou com tradição político cultural mais antiga. Acreditamos que nos próximos anos deverá haver um maior e melhor alinhamento entre as políticas públicas da cultura europeias, nacionais e locais, apesar das imensas dificuldade que irão surgir no âmbito do financiamento, implementação e avaliação dos projetos.

Em suma, este estudo leva-nos a crer que há uma falta de esclarecimento das entidades decisoras quanto à importância que as artes e a cultura podem ter neste momento de mudança que se pretende que envolva os municípios, regiões e nações. Daí que nos próximos anos seja necessária uma compreensão mais rigorosa e amplificada dos benefícios económicos da cultura e das artes que se constitua como instrumento de promoção de uma política cultural como função essencial nas decisões governativas e, em simultâneo, permita criar projetos com parcerias entre diferentes localidades ou mesmo nações. Os municípios portugueses têm de começar a revelar um entendimento da sociedade e época em que estão inseridos, mostrando que a política cultural tem também uma faceta mensurável, baseada em evidências numéricas, comportamentais,

simbólicas, entre outras. É urgente que a cultura deixe de ser apenas uma atividade pública criadora de despesas suplementares, e que passe a ser entendida também como uma parte cada vez mais importante da economia pública e privada, com um forte potencial de desenvolvimento e crescimento, implicando elementos de criatividade, inovação e produção que podem ser benéficos para as economias regionais e locais, revestindo-se de uma importância tripla para o desenvolvimento local: em primeiro lugar, é fonte de emprego, pois implica atividades relacionadas com o património ou turismo cultural, assim como com os produtos e as indústrias de vocação cultural, criando, direta e indiretamente, emprego. Em segundo lugar, é um fator cada vez mais decisivo na localização de novos investimentos, dado que reforça a imagem e a capacidade de atração de uma região. Em terceiro lugar, pode favorecer a integração social e, deste modo, contribuir para a coesão social de regiões como Trás-os-Montes onde a sua população revela ser tão idosa.

4. Conclusões e recomendações

As políticas públicas devem ser capazes de impulsionar o aperfeiçoamento e a interação das diferentes áreas, na busca de resultados significativos, que atendam com excelência aos interesses da sociedade. Acreditamos que a integração sistemática da dimensão cultural e dos diferentes componentes da cultura no conjunto das políticas, projetos e programas em matéria de relações externas (seja a nível local ou nacional) e de desenvolvimento é algo que nem sempre acontece mas que a cultura e as artes têm teimado em combater.

Tirar partido do contributo que a cultura e as artes podem trazer ao desenvolvimento humano é urgente e essencial. Para tal, é fundamental que todos os sectores cooperem entre si e que seja seguida uma abordagem focalizada a todos os níveis das políticas públicas. Neste sentido, vários documentos da União Europeia convidam os Estados membros a tomarem em consideração o carácter transversal da cultura na formulação de políticas relevantes e dos programas nacionais de reforma para a consecução dos objetivos, por exemplo, da estratégia *Europa 2020* e a procederem ao intercâmbio de boas práticas no que respeita aos instrumentos e metodologias de medição do contributo da cultura para os referidos objetivos. Assinalam, por

isso, a importância da criação de sinergias e de promoção de parcerias entre instituições de educação, de cultura e de investigação e o sector empresarial a nível nacional, regional e local. O mesmo organismo incentiva que se incluam nos processos artísticos e culturais tecnologias sustentáveis e ecológicas e que se apoiem os artistas e o sector cultural no aumento da sensibilização para as questões do desenvolvimento humano sustentável, através, nomeadamente, de atividades educativas não formais. É portanto para nós irrefutável o fato de a cultura e as artes terem um valor intrínseco, veja-se por exemplo, que a arte apela à imaginação e inspira a criatividade e que o património contribui para o conhecimento da nossa história mesmo que os decisores políticos ainda não o tenham compreendido. Daí que, para nós, a cultura deva ser considerada como uma dimensão plena de significado na vida de cada pessoa e por consequência das comunidades ou, por outras palavras, como um direito pleno tal como a saúde e a educação.

5. Bibliografia

- EUROPEAN COMMISSION (2010) - *Culture in Motion. The Culture Programme 2007-2013*. Belgium: Publications Office of the European Union.
- LARRUE, C. (2000) - *Analyser les politiques publiques d'environnement*, Paris; L'Harmattan.
- PASQUINO, G (2010) - *Curso de Ciência Política*. Cascais: Principia
- SANTOS, M. (coord) (1998) - *As políticas culturais em Portugal*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais
- UNESCO (2003) - *Políticas Culturais para o desenvolvimento. Uma base de dados para a cultura*. Brasília: Edições UNESCO Brasil
- Atas da autarquia de Bragança* (anos 2005 a 2011). Disponíveis em: http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=2123 (consultadas entre Maio e Setembro de 2013)
- Atas da autarquia de Chaves* (anos 2005 a 2011). Disponíveis em: <http://www.chaves.pt/Default.aspx?ID=416> (consultadas entre Maio e Setembro de 2013)
- COMISSÃO EUROPEIA (2010). *Comunicação da Comissão Europa 2020. Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*.

Bruxelas. Disponível em, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:pt:PDF> (consultado a 14.05.2013)

Livre Blanc des politiques culturelles des collectivités territoriales en Europe.
Disponível em: <http://livre-blanc.lesrencontres.eu/?lang=fr> (consultado a 14.08.2013)

Programa do XVII Governo Constitucional. Disponível em: <http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/ProgramaGovernoXVII.pdf> (Consultado a 30.08.2013)

Programa do XVIII Governo Constitucional. Disponível em: http://www.cleanvehicle.eu/fileadmin/downloads/Portugal/Portugal/Programa_GC18.pdf (consultado a 04.09.2013)